

# A solução da crise depende, certamente, do novo presidente

João Paulo de Almeida Magalhães

Existe no Brasil uma unanimidade no País com respeito a dois fatos: a crise econômica é de, extrema gravidade tanto da perspectiva de curto quanto de longo prazo e a solução cabe ao presidente da República a ser empossado, em março de 1990. E, conseqüentemente, importante identificar as raízes da crise e os remédios necessários, confrontando-os com as soluções propostas pelos presidencialistas.



Livro recente de Charles Kindleberger (Keynesianism vs. Monetarism), ao tratar da hiperinflação alemã após a Primeira Guerra Mundial, oferece subsídio importante para compreensão da presente realidade brasileira. Mostra ele que a explosão de preços na Alemanha resultou da incapacidade dos diferentes segmentos da comunidade para decidirem sobre a distribuição dos sacrifícios impostos pela reconstrução econômica e reparações de guerra. Cardeais, sindicatos e outros grupos de pressão tentavam transferir, um para o outro, o ônus da derrota militar: "Grupos antitéticos considerando difícil concordar na distribuição do ônus adiavam a solução do conflito distributivo através da aceitação da inflação nos primeiros estágios, seguida pela hiperinflação em estágio posterior quando a situação escapou de controle".

O que se pode afirmar hoje do Brasil é que ele não apresenta qualquer problema estrutural capaz de explicar a prolongada interrupção (a partir de 1980) de um acelerado processo dinâmico que se vinha prolongando desde os anos 30. Nossas dificuldades presentes decorrem, pura e simplesmente, de não termos enfrentado tempestiva e corajosamente certos tipos de distorção. Tudo começou com o primeiro choque do petróleo de 1974. A solução de sacrifício seria cortar importações, acelerando a conseqüente recessão. Optamos, em sentido oposto, por manter o desenvolvimento, cobrir os maiores gastos de importações com empréstimos externos, lançando-nos concomitantemente num programa amplo de substituição de importações.

Essa solução, incontestavelmente de facilidade, teria, sido bem-sucedida (a) se não ocorresse o segundo choque do petróleo em 1979/80 ou (b) se, na existência deste, os banqueiros internacionais mantivessem o crédito ao Brasil. Essa manutenção seria, aliás, razoável, porque com nossos superávits comerciais acima de 10 bilhões de dólares, tínhamos, diferentemente dos demais países subdesenvolvidos, aceitáveis condições de manter o serviço da dívida.

A partir de setembro de 1982, contudo, com a crise mexicana, os banqueiros internacionais se retrairam. Nossa reação normal diante do problema seria aceitar que o sacrifício evitado em 1974 se tornara agora indispensável. Contrariamente a isso, o governo continuou, irrealisticamente, a apostar na volta

dos investimentos externos. Acreditou que conformando-se às regras do FMI com seus corolários, supostamente provisorios, de recessão e parada do desenvolvimento, os investimentos externos voltariam a nos apoiar. Nenhum esforço foi feito, assim, para substituir por maiores poupanças internas os recursos externos que deixavam de afluir ao País. Oito anos de tentativas mal-sucedidas não foram suficientes para modificar essa posição, o que explica a estagnação que se estendeu durante toda a década. Em outras palavras, continuou-se a evitar o problema de aceitar e repartir os sacrifícios impostos pela crise do petróleo.

Pior ainda é que, se a fórmula do FMI é recessiva, pelo menos, quando corretamente aplicada, ela evita a inflação. Temos aqui outro aspecto chocante da realidade nacional. Como as receitas do FMI nunca foram adotadas com a profundidade necessária (vejam-se as "cartas de intenção" constantemente reformuladas e jamais cumpridas) tivemos além da recessão o descontrole de preços, ou seja, a estagnação.

Franco Modigliani, prêmio Nobel de Economia, compara a estagnação ao problema do gordo que resolve emagrecer. Para tanto, deve fazer regime, ou seja, passar fome. Há um momento, equivalente à estagnação, em que ele vive no pior dos mundos: como o regime ainda não produziu efeito, ele passa fome e continua gordo. A situação presente do Brasil é comparável à do gordo mau caráter que não cumpre o regime corretamente, continuando, indefinidamente, a passar fome sem perder peso.

A solução do problema econômico brasileiro se acha, portanto, na aceitação pela sociedade dos sacrifícios exigidos por uma situação que teve seu início com os choques do petróleo que abalaram a economia mundial. O longo e inexplicável atraso na adoção de soluções agravou de forma substancial a situação, exigindo hoje uma verdadeira mobilização nacional no sentido de corrigi-la.

A eleição de um novo presidente da República por maioria absoluta constitui, em princípio, a oportunidade ideal para reverter esse quadro. Surpreendentemente, os programas e promessas dos presidencialistas, sem exceção, acenam apenas com vantagens e benefícios. Todos prometem liquidar a inflação e relançar o desenvolvimento. Isso, contudo, será aparentemente conseguido através de um milagre que não exigirá sacrifício de ninguém. Ou seja, o fato básico de que o País só escapará de suas dificuldades presentes através de um grande esforço e inevitáveis sacrifícios continua a ser pura e simplesmente ignorado pelos candidatos.

Não é, por certo, fácil ganhar uma eleição prometendo "sangue, suor e lágrimas". Para tanto, como para todas épocas de crise, é preciso um líder. E esta figura que, até o momento, não se consegue divisar entre os presidencialistas.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor titular de economia da UFRJ.